

**3ª CÂMARA CÍVEL**

EDCL NOS EDCL NO AG NA AC Nº 310980-2

NPU: 0012970-19.2011.8.17.0480

EMBARGANTE: JOSÉ LIVONILSON DE SIQUEIRA

EMBARGADO: GABRIELA CARLA GOMES DE SOUZA COSTA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**ACÓRDÃO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO VERGASTADO. REITERAÇÃO DOS EMBARGOS ANTERIORES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO VERGASTADO. INEXISTÊNCIA. OBJETIVO DE REDISCUTIR A MATÉRIA DECIDIDA. DESCABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA ESSE FIM. PREQUESTIONAMENTO DESCABIDO. REJEIÇÃO.**

1. Neste recurso, o Embargante reitera os mesmíssimos argumentos suscitados nos embargos de declaração julgados em momento anterior por esta C. Câmara.

Consoante se denota da leitura da íntegra do acórdão vergastado, a ausência de omissão foi devidamente registrada, não havendo razão que justificasse a oposição daqueles embargos de declaração. Da mesma forma, inexistindo as mesmas omissões, também não havia razão para o Embargante opor os embargos em comento.

2. Na verdade, percebe-se que os fundamentos levantados pelo Embargante para tentar caracterizar mais uma vez a omissão demonstram, inequivocamente, a insatisfação daquele com o resultado do julgamento, circunstância que não serve de embasamento para a oposição de recurso dessa natureza. Precedentes.

3. Em verdade, a oposição do recurso nos exatos termos em que se apresenta, reproduzindo fielmente as razões estampadas nos embargos de declaração anteriores, reflete o interesse da parte Recorrente em delongar a resolução da lide, conduta que, segundo o posicionamento adotado pelo STJ, caracteriza os embargos de declaração como protelatórios, e autoriza os órgãos jurisdicionais a aplicarem a multa de 1% sobre o valor da causa, prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC. Precedentes.

4. Descabe o pedido de prequestionamento dos arts. 283, 267, IV e 736 do CPC, vez que já atendido no julgamento dos embargos anteriores.

5. Embargos rejeitados com aplicação da multa de 1% sobre o valor da causa em face do Embargante, na forma do art. 538 do CPC.

Vistos, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos nos embargos de declaração em recurso de agravo interposto na apelação nº. 310980-2, em que figura como Embargante José Livonilson de Siqueira e como Embargada Gabriela Carla Gomes de Souza Costa, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar negar provimento ao recurso, aplicando-se multa de 1% sobre o valor da causa em face do Embargante, nos termos do voto do Relator.

Recife,

28-1-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

EDCL NOS EDCLA NO AG NA AC Nº 310980-2 NPU: 0012970-19.2011.8.17.0480

EMBARGANTE: JOSÉ LIVONILSON DE SIQUEIRA

EMBARGADO: GABRIELA CARLA GOMES DE SOUZA COSTA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**RELATÓRIO**

Cuidam-se de novos embargos de declaração opostos por José Livonilson (fls. 192/200) em face do acórdão dessa C. 3ª Câmara Cível, que deu provimento parcial aos embargos de declaração por ele opostos anteriormente (fls. 167/172), apenas para sanar a omissão identificada no acórdão do agravo legal (fls. 162) relativamente à alegada falta de requerimento de citação do Réu (ora Embargante) na inicial dos embargos do devedor.

No acórdão vergastado, reconheceu-se que apesar do voto do recurso de agravo ter reproduzido integralmente o posicionamento deste Relator estampado na decisão terminativa (fls. 152/153), na qual se afastou a preliminar de inépcia da inicial dos embargos do devedor, não houve o enfrentamento em particular de um dos fatos suscitados pelo Exequente/Recorrente como causa para essa alegada inépcia, qual seja a falta de requerimento de citação na inicial daqueles embargos do devedor opostos pela Executada/Recorrida.

Desta feita, identificada a omissão, esta C. 3ª Câmara deu provimento aos embargos de declaração e enfrentou a questão da falta de requerimento de citação na inicial dos embargos à execução, ressaltando que, apesar de ter havido realmente tal vício na pela vestibular, este não tinha o condão de causar o indeferimento da inicial, posto ter sido suprido com o comparecimento espontâneo do Exequente nos autos para apresentar impugnação aos embargos do devedor às fls. 14/25.

Quanto às demais matérias invocadas naqueles aclaratórios, esta Câmara afastou a omissão ali apontada quanto à alegada falta de peças processuais relevantes ao deslinde da controvérsia, registrando que o único documento indispensável para tanto era o título executivo (contrato de prestação de serviços advocatícios).

Relativamente às arguidas omissões concernentes às questões de mérito suscitadas naquela ocasião, quais sejam, o fato do título executivo (contrato de honorários) se apresentar em uma lauda, sem menção da localidade e data de sua confecção; a divergência entre o valor dos honorários em percentual e o valor escrito por extenso; a falta de assinatura da Executada neste título executivo; o preenchimento dos requisitos do art. 585, VIII do CPC e 24 da lei 8.906/1994, para que se possa considerar o título objeto da execução como título executivo extrajudicial, os embargos de declaração foram rejeitados, pois não havia omissão acerca de tais questões, já que

essas matérias não foram objeto de apelação, e por isso não foram enfrentadas no acórdão do recurso de agravo interposto. A esse respeito, ressaltou-se a falta de interesse processual do Recorrente.

Irresignado, o Recorrente opõe os presentes embargos de declaração, renovando as mesmas matérias suscitadas nos embargos anteriores, são elas: a falta dos documentos essenciais ao deslinde da controvérsia, a exemplo da petição inicial da ação de execução, das procurações das partes, do ato de citação e de sua respectiva juntada, da decisão liminar que fixou os alimentos provisórios utilizados como parâmetro para a redução da cláusula penal pelo magistrado singular, e do título executivo que aparelhou a execução

Além disso, pretende mais uma vez ver expressa manifestação desta Corte quanto aos seguintes aspectos: o fato do instrumento contratual se apresentar em uma única lauda e incompleto, sem menção da localidade e data de sua confecção; a divergência entre o valor dos honorários em percentual e o valor escrito por extenso; a falta de assinatura da Executada no título executivo; o preenchimento dos requisitos do art. 585, VIII do CPC e 24 da lei 8.906/1994, para que se possa considerar o título objeto da execução como título executivo extrajudicial.

Outrossim, renova o pedido de prequestionamento dos arts. 283, 267, IV e 736, parágrafo único, todos do CPC.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 30-4-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

<b>3ª CÂMARA CÍVEL</b>	
EDCL NOS EDCL NO AG NA AC Nº 310980-2	NPU: 0012970-19.2011.8.17.0480
EMBARGANTE:	JOSÉ LIVONILSON DE SIQUEIRA
EMBARGADO:	GABRIELA CARLA GOMES DE SOUZA COSTA
RELATOR:	DES. BARTOLOMEU BUENO
<b>VOTO</b>	

Sabe-se que, nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado, não se prestando para obter reforma da decisão que ataca.

Neste recurso, o Embargante reitera os mesmíssimos argumentos suscitados nos embargos de declaração julgados em momento anterior por esta C. Câmara.

Consoante se denota da leitura da íntegra do acórdão vergastado (fls. 181/186), a ausência de omissão foi devidamente registrada, não havendo razão que justificasse a oposição daqueles embargos de declaração. Da mesma forma, inexistindo as mesmas omissões, também não havia razão para o Embargante opor os embargos em comento.

Na verdade, percebe-se que os fundamentos levantados pelo Embargante para tentar caracterizar mais uma vez a omissão demonstram, inequivocamente, a insatisfação daquele com o resultado do julgamento, circunstância que não serve de embasamento para a oposição de recurso dessa natureza. Nesse sentido:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MAJORAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. Embargos de declaração rejeitados e considerando, pela segunda vez, o seu caráter protelatório, majora-se a multa aplicada nos embargos declaratórios anteriores, para 5% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao respectivo depósito. (STJ, 4ª T., EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 762769/RS, Relator(a) Ministra Maria Isabel Gallotti, Data do Julgamento 15/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 23/03/2012).**

No mesmo sentido: STJ, 1ª T., EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1218088/MG, Relator(a) Ministro Francisco Falcão, Data do Julgamento 01/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 09/03/2012; STJ, 2ª T., EDcl no REsp 1279229/RJ, Relator(a) Ministro MAURO Campbell Marques, Data do Julgamento 01/03/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 09/03/2012

Em verdade, a oposição do recurso nos exatos termos em que se apresenta, reproduzindo fielmente as razões estampadas nos embargos de declaração anteriores, reflete o interesse da parte Recorrente em delongar a resolução da lide, conduta que, segundo o posicionamento

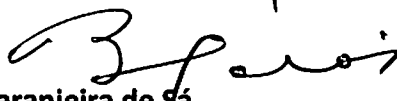
adotado pelo STJ nos julgados abaixo transcritos, caracteriza os embargos de declaração como protelatórios, e autoriza os órgãos jurisdicionais a aplicarem a multa de 1% sobre o valor da causa, prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC<sup>1</sup>. Veja-se:

“É protelatória a conduta processual que i) renova embargos de declaração sem justa causa jurídica ou fundamentação adequada; ii) não apontam nenhuma omissão ou vício no julgamento anterior; iii) visam modificar os fundamentos da decisão embargada; iv) **são reiteração de anteriores embargos de declaração, no qual a matéria foi expressa e fundamentalmente aclarada**; v) retarda indevidamente o desfecho do processo; vi) há recurso cabível para a finalidade colimada” (STJ, 2ª T., REsp 859.977-EDcl-EDcl, Min Eliana Calmon, j. 8.9.09, DJ 4.2.11)<sup>2</sup>

“A reiteração das alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do presente recurso” (STJ, 5ª T., RMS 14.990-EDcl-EDcl, Min. Arnaldo Esteves, j. 10.5.07, DJU 28.5.07). No mesmo sentido: STJ, 1ª T., REsp 898.096-AgRg-EDcl-EDcl, Min. Denise Arruda, j. 18.12.08.<sup>3</sup>

Da mesma forma, descabe o pedido de prequestionamento dos arts. 283, 267, IV e 736 do CPC, vez que já atendido no julgamento dos embargos anteriores.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, ao tempo em que, julgando-os protelatórios, aplico em face do Embargante a multa de 1% sobre o valor da causa, na forma do art. 538 do CPC.

Recife, 29-1-2014  


Cátia Luciene Laranjeira de Sá

Relatora substituta

<sup>1</sup>Art. 538 - Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

Parágrafo único - Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 10% (dez por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.

<sup>2</sup> NEGRÃO, Theotônio et al. Código de Processo Civil e Legislação em Vigor. 44ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 713.

<sup>3</sup> NEGRÃO, Theotônio et al. Ob cit.